DE ACORDO COM O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

apostilas opção

SÃO SEBASTIÃO-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO - SÃO PAULO

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA II - GEOGRAFIA

- Língua Portuguesa
- Conhecimentos Pedagógicos
- Legislação De Ensino
- Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

SÃO SEBASTIÃO - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO - SÃO PAULO

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA II
GEOGRAFIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

CÓD: OP-212ST-26
7901204403563

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Níveis de linguagem 9
2. As funções da linguagem 10
3. Coesão e coerência 13
4. Intertextualidade 13
5. FONOLOGIA: Conceitos básicos - Classificação dos fonemas - Sílabas - Encontros Vocálicos - Encontros Consonantais - Dígrafos - Divisão silábica 14
6. ORTOGRAFIA: Conceitos básicos - O Alfabeto - Orientações ortográficas 15
7. ACENTUAÇÃO: Conceitos básicos - Acentuação tônica - Acentuação gráfica - Os acentos - Aspectos genéricos das regras de acentuação - As regras básicas - As regras especiais - Hiatos - Ditongos - Formas verbais seguidas de pronomes - Acentos diferenciais 16
8. MORFOLOGIA: Estrutura e Formação das palavras - Conceitos básicos - Processos de formação das palavras - Derivação e Composição - Prefixos - Sufixos - Tipos de Composição 18
9. Classe de Palavras - Estudo dos Verbos Regulares e Irregulares 19
10. SINTAXE: Termos Essenciais da Oração - Termos Integrantes da Oração - Termos Acessórios da Oração - Período composto e as orações coordenadas. Orações subordinadas 26
11. Sintaxe de Concordância: Concordância nominal e verbal 30
12. Sintaxe de Regência: Regência nominal e verbal 32
13. Sintaxe de Colocação 33
14. Significação das palavras 34
15. Funções e Empregos das palavras “que” e “se” 35
16. Sinais de Pontuação 37
17. PROBLEMAS GERAIS DA LÍNGUA CULTA: O uso do hífen 38
18. O uso da Crase 41
19. Leitura e interpretação de texto; Interpretação e análise de Textos 41
20. Gêneros e tipos textuais; Tipos de Comunicação: Descrição - Narração - Dissertação 42
21. Tipos de Discurso - Qualidades e defeitos de um texto 43
22. Coesão Textual 45
23. ESTILÍSTICA: Figuras de linguagem 46
24. Vícios de Linguagem 50

Conhecimentos Pedagógicos

1. Histórico das concepções pedagógicas 61
2. Bases psicológicas da aprendizagem 65
3. Função sociocultural da escola 65
4. Escola: comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural 66
5. Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis 66
6. Projeto político pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores 70
7. Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político pedagógico 74
8. Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação 78
9. Currículo e construção do conhecimento 79
10. Processo de ensino-aprendizagem 82

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

11. Relação professor/aluno 89

Legislação De Ensino

1. Constituição Federal - Artigos 205 a 214 101
2. Decreto nº 10.656/2021 - Regulamenta a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação 104
3. Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, arts. 1º - 6º, 53 - 59, 83 - 85, 208, 245 113
4. Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 115
5. Lei Federal nº 14.113/2020 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB 135
6. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica 150
7. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil 160
8. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos 162
9. Lei Federal nº 10.639/2003 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências 170
10. Decreto federal 12.773/2025 - Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva 170
11. Lei Federal nº 11.645/2008 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" 170

Conhecimento Específicos
Professor Educação Básica II - Geografia

1. Base nacional comum curricular 177
2. A geografia como conhecimento científico; As diversas áreas da geografia; Aplicações da geografia 177
3. O objeto de estudo da geografia: o espaço geográfico; A globalização e seus efeitos sobre o espaço geográfico 179
4. Cartografia: meios de orientação e de representação cartográfica; Coordenadas geográficas; Sistemas de projeções; Fusos horários e escalas 181
5. O planeta terra: origem, formação e movimentos; Forma, estrutura e composição interna da terra; Fenômenos na crosta terrestre e a formação do solo; A atmosfera terrestre; As camadas da atmosfera 189
6. Os elementos e fatores responsáveis pela diversificação climática; O clima na vida do homem; Os fenômenos climáticos 194
7. Os biomas terrestres e as formações vegetais 197
8. A questão ambiental e as relações entre a natureza e a sociedade; As perspectivas e desafios da sociedade atual com relação ao meio ambiente; Mudanças climáticas globais; A desertificação do mundo 200
9. Energia e meio ambiente; A produção mundial de energia e a produção de energia no brasil; As fontes de energia 203
10. O relevo terrestre: fatores endógenos e exógenos; Os diversos tipos de relevo; As rochas e os solos; O relevo submarino e a morfologia litorânea 205
11. Problemas ambientais geomorfológicos 209
12. Os recursos hídricos e sua utilização pelo homem 212
13. Oceanos, mares, lagos e rios: principais características 214
14. A população mundial e brasileira: aspectos demográficos, estrutura, dinâmica, migrações e distribuição da população 215
15. As desigualdades de desenvolvimento econômico-social no mundo 218

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

16. O modo de produção capitalista 221
17. As experiências socialistas no mundo 223
18. A ordem geopolítica e econômica: do pós-segunda guerra aos dias atuais 225
19. Mundo contemporâneo: economia, geopolítica e sociedade 228
20. Os conflitos armados no mundo atual 230
21. Processo de urbanização e a industrialização no mundo e no brasil; características do processo de urbanização 232
22. O espaço brasileiro 235
23. Os principais aspectos do quadro natural 238
24. O espaço agrário e os problemas agrários brasileiros 241
25. As atividades industriais; O comércio e os serviços 243
26. Os transportes e as comunicações 245
27. A organização regional no brasil 247
28. As principais características naturais e socioeconômicas das grandes regiões brasileiras 250

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

NÍVEIS DE LINGUAGEM

A linguagem é todo sistema organizado utilizado para comunicar ideias, sentimentos e informações por meio de signos convencionais, que podem ser sonoros, gráficos, gestuais, entre outros. Por ser individual e flexível, varia conforme fatores como idade, cultura, posição social, profissão e contexto de uso.

A forma como articulamos as palavras e as organizamos em frases e textos revela nosso modo particular de expressão, isto é, nosso estilo. Ao longo do tempo, as inovações linguísticas criadas pelos falantes podem provocar mudanças na estrutura da língua. No entanto, essas mudanças só são incorporadas gradualmente, após serem aceitas pelo grupo social. Muitas delas, porém, não permanecem e acabam caindo em desuso.

Língua escrita e língua falada

A língua escrita não é uma simples reprodução da língua falada, pois os sinais gráficos não conseguem representar plenamente elementos da oralidade, como timbre de voz, entonação, gestos e expressões faciais.

A fala, em geral, é mais espontânea, descontraída e informal, manifestando-se nas conversas do cotidiano com maior liberdade expressiva. Nessas situações, é comum que certas regras da norma-padrão sejam flexibilizadas em favor da naturalidade e da expressividade do falante.

Linguagem popular e linguagem culta

Tanto a linguagem popular quanto a linguagem culta têm seu espaço e sua função social. A linguagem popular é mais frequente na fala cotidiana, mas também pode aparecer em textos literários, como poemas, contos, crônicas e romances, especialmente quando se busca reproduzir a oralidade dos personagens. No Modernismo brasileiro, por exemplo, houve valorização dessa forma de expressão.

Linguagem popular ou coloquial

A linguagem popular, também chamada de coloquial, é usada de maneira espontânea e fluente no dia a dia. Em geral, apresenta maior distanciamento da norma gramatical e pode conter vícios de linguagem, gírias, expressões vulgares e construções mais simples, com preferência pela coordenação.

Esse tipo de linguagem aparece em conversas familiares, diálogos entre amigos, anedotas, transmissões esportivas, programas de auditório, novelas e diversas outras situações informais.

Linguagem culta ou padrão

A linguagem culta, ou padrão, é aquela ensinada na escola e utilizada como veículo das ciências, da produção acadêmica e da comunicação formal. Caracteriza-se pelo respeito às normas gramaticais e pelo uso mais preciso e elaborado do vocabulário.

É empregada, com mais frequência, em textos escritos, discursos, conferências, sermões, comunicações científicas, noticiários e programas culturais. Por isso, costuma estar associada ao prestígio social e cultural, além de apresentar maior estabilidade e menor variação.

Gíria

A gíria está ligada ao cotidiano de determinados grupos sociais e funciona como uma forma de identificação entre seus membros. Muitas vezes, também representa um instrumento de resistência cultural, já que permite uma comunicação mais particular entre os integrantes do grupo.

Com o tempo, algumas gírias se espalham para outros setores da sociedade e chegam aos meios de comunicação de massa, como rádio, televisão e internet. Assim, podem ser incorporadas à língua comum, permanecer restritas a certos grupos ou desaparecer com o uso. Exemplos disso são expressões como “chutar o pau da barraca”, “viajar na maionese”, “galera”, “mina” e “tipo assim”.

Linguagem popular em contextos menos urbanizados

Há também uma variedade de linguagem popular associada a pessoas com pouco ou nenhum contato com centros urbanizados. Nesses casos, podem surgir construções como “nóis vai”, “eu di um beijo” e “ponhei sal na comida”, que se afastam da norma-padrão, mas refletem usos reais da língua em determinados contextos sociais.

Linguagem regional

Os regionalismos são variações geográficas da língua, manifestadas por meio de palavras, expressões, pronúncias e construções gramaticais próprias de determinadas regiões. No Brasil, destacam-se, entre outros, os falares amazônico, nordestino, baiano, fluminense, mineiro e sulista.

Fatores que determinam os níveis de linguagem

Os níveis de linguagem são definidos de acordo com diversos fatores. Entre os principais, destacam-se:

- **Interlocutor:** Os interlocutores — emissor e receptor — são peças fundamentais no processo comunicativo. Para que haja compreensão, é necessário adequar a linguagem a quem vai receber a mensagem. Assim, um professor, por exemplo, não utiliza a mesma linguagem com um aluno universitário e com uma criança em fase de alfabetização.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- **Ambiente:** O contexto em que ocorre a comunicação também interfere na escolha da linguagem. Não se fala da mesma forma entre amigos e em um ambiente corporativo, em um velório e em um estádio de futebol, ou em uma cerimônia religiosa e em uma festa.
- **Assunto:** O tema tratado exige determinado grau de formalidade e vocabulário. Por isso, é importante adequar a linguagem ao assunto, escolhendo as palavras e o tom mais apropriados para cada situação.
- **Relação entre falante e ouvinte:** O grau de intimidade entre os interlocutores influencia diretamente a linguagem utilizada. Ao falar com uma pessoa desconhecida, tende-se a empregar uma linguagem mais formal; já entre amigos e familiares, a informalidade costuma ser mais natural.
- **Intencionalidade:** Todo texto, oral ou escrito, possui uma intenção comunicativa. Dependendo do efeito que se deseja produzir, a linguagem será diferente. Uma declaração de amor, por exemplo, exige um tom distinto daquele usado em uma solicitação de emprego ou em um comunicado oficial.

Os níveis de linguagem mostram que a língua é dinâmica e se adapta às mais variadas situações de comunicação. Saber escolher a linguagem adequada para cada contexto é essencial para garantir clareza, eficiência e adequação na interação social.

AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

As Funções de Linguagem: Definições e Exemplos

As funções de linguagem são formas de utilização da língua que evidenciam a intenção do emissor ao transmitir uma mensagem. Roman Jakobson, ao aprofundar os estudos sobre a comunicação, identificou seis funções principais que correspondem aos elementos do processo comunicativo. Cada função é predominante em determinado contexto, destacando o aspecto central da mensagem. Vamos analisar cada uma delas:

- **Função Referencial**

A função referencial tem como objetivo principal informar, expor dados, transmitir uma informação ou descrever algo de forma objetiva. É uma função centrada no contexto, buscando apresentar a realidade de maneira clara e direta, sem manifestar emoções ou opiniões do emissor.

> ***Ex.**:Notícias de jornais, textos científicos, manuais de instrução e relatórios. "O Brasil é o país com a maior biodiversidade do mundo."*

- **Função Emotiva (ou Expressiva)**

A função emotiva se concentra no emissor e expressa suas emoções, sentimentos, opiniões, desejos ou estados de ânimo. É uma função subjetiva, em que o foco está nas reações e impressões de quem comunica, refletindo a interioridade do emissor por meio de exclamações, interjeições e uso da primeira pessoa.

> ***Ex.**:Diários pessoais, poesias líricas, cartas íntimas e posts em redes sociais. "Estou tão feliz por ter conseguido a vaga de emprego!"*

- **Função Conativa (ou Apelativa)**

A função conativa, também conhecida como apelativa, é direcionada ao receptor da mensagem, buscando influenciá-lo, persuadi-lo ou orientá-lo a agir de determinada maneira. Utiliza-se predominantemente da linguagem imperativa, vocativos e frases que buscam provocar uma resposta ou reação.

> ***Ex.**:Propagandas, discursos políticos, ordens e instruções. "Não perca esta oportunidade! Compre agora!"*

- **Função Fática**

A função fática está centrada no canal de comunicação e tem como finalidade estabelecer, prolongar, testar ou encerrar a comunicação. Ela verifica se o contato entre emissor e receptor está funcionando ou se existe a possibilidade de interação contínua. É comum em saudações, cumprimentos, telefonemas e conversas informais.

> ***Ex.**:Conversas telefônicas, início de e-mails, cumprimentos cotidianos. "Alô? Está me ouvindo?"*

- **Função Metalinguística**

A função metalinguística é aquela que utiliza o código para explicar o próprio código. Ou seja, é quando a linguagem fala sobre si mesma. É comum em dicionários, gramáticas, aulas de língua portuguesa e qualquer situação em que se explica o significado de palavras ou o uso da linguagem.

> ***Ex.**:Definições de dicionários, explicações gramaticais, manuais de estilo. "A palavra 'casa' é um substantivo que designa uma construção destinada a moradia."*

- **Função Poética**

A função poética destaca a forma da mensagem e sua organização estética, sendo predominante em textos literários, poemas e outras manifestações artísticas. Ela está relacionada à maneira como a linguagem é utilizada para criar efeitos de sentido, beleza ou expressividade. O foco não está apenas no conteúdo, mas na estrutura e na escolha das palavras.

> ***Ex.**:Poemas, canções, slogans publicitários e textos literários. "A lua é um poema de luz no céu da noite."*

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

HISTÓRICO DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

FUNDAMENTOS DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS TRADICIONAIS

- **A concepção pedagógica tradicional e sua matriz humanista**

A concepção pedagógica tradicional organiza o trabalho escolar a partir de uma hierarquia clara entre quem detém o saber e quem o recebe. Nessa configuração, o conteúdo disciplinar ocupa o centro do processo educativo, sendo tratado como um conjunto de verdades já consolidadas que precisam ser transmitidas de geração em geração. O professor assume a função de autoridade intelectual e moral, responsável por selecionar, organizar e expor os conteúdos na ordem julgada mais lógica, enquanto o estudante ocupa uma posição essencialmente receptiva. A aprendizagem é compreendida como um processo de acumulação, no qual a repetição, a atenção disciplinada e o esforço de memória consciente desempenham papel relevante na fixação dos conteúdos ensinados.

Papel do professor e centralidade do conteúdo

Na matriz tradicional, o professor não é apenas um mediador, mas a fonte primária de legitimidade do saber transmitido. Sua autoridade deriva do domínio que possui sobre a matéria e da capacidade de expor os conteúdos com clareza e sequência lógica. O currículo, nesse modelo, tende a ser organizado em disciplinas estanques, com pouca articulação entre si, e a avaliação do aprendizado ocorre por meio de instrumentos que verificam a capacidade do estudante de reproduzir, com fidelidade, o conteúdo apresentado. Essa centralidade do conteúdo explica por que a concepção tradicional é frequentemente associada a um currículo enciclopédico, no qual a quantidade de informação transmitida é tomada como indicador de qualidade educacional.

Método expositivo e organização disciplinar da escola

O método expositivo, com a aula magistral como unidade básica de ensino, constitui o procedimento didático predominante na concepção tradicional. A sala de aula é organizada espacialmente de modo a reforçar a assimetria entre quem fala e quem escuta, com carteiras dispostas em fileiras voltadas para o professor. A disciplina escolar, nesse contexto, não é apenas um instrumento de organização da convivência, mas um valor formativo em si mesmo, associado à ideia de que o controle do comportamento é condição para a concentração necessária à aprendizagem. Essa organização rígida de tempos, espaços e condutas é um dos traços mais duradouros da concepção tradicional, influenciando práticas escolares mesmo em contextos que já incorporaram outras referências pedagógicas.

- **A concepção escolanovista e a centralidade do educando**

Em oposição ao modelo tradicional, emerge ao longo do século vinte um conjunto de proposições reunidas sob a denominação de escola nova, que desloca o eixo do processo educativo do conteúdo para o educando. Nessa concepção, a aprendizagem é entendida como um processo ativo, construído pelo próprio estudante a partir de suas experiências, interesses e necessidades de desenvolvimento. O professor deixa de ser a fonte exclusiva do saber para assumir a função de orientador, estimulando a curiosidade e organizando situações que favoreçam a descoberta.

Experiência, interesse e o papel ativo do estudante

A concepção escolanovista valoriza a experiência direta como fonte legítima de conhecimento, em contraposição à transmissão verbal característica da pedagogia tradicional. O interesse do estudante passa a ser considerado ponto de partida do planejamento didático, e não um elemento a ser disciplinado ou contido. Essa inversão de perspectiva traz consequências importantes para a organização curricular, que passa a admitir maior flexibilidade, atividades em grupo, projetos interdisciplinares e espaços escolares menos rígidos que os da escola tradicional.

Críticas à concepção escolanovista e seus efeitos sobre a desigualdade

Apesar de seu caráter inovador, a concepção escolanovista recebeu críticas relevantes, sobretudo quanto ao risco de diluir a transmissão sistemática de conhecimentos socialmente relevantes. Ao valorizar excessivamente o interesse espontâneo do estudante, correntes posteriores apontaram que essa concepção poderia acentuar desigualdades educacionais, uma vez que estudantes oriundos de famílias com maior capital cultural tendem a chegar à escola com repertórios de interesse mais próximos dos conteúdos valorizados institucionalmente. Essa crítica abriu caminho para a formulação de concepções que buscassem conciliar a valorização da atividade do estudante com a garantia de acesso a conteúdos sistematizados.

A tabela apresentada abaixo compara as duas concepções discutidas nesta parte do material, destacando os critérios que mais claramente as diferenciam:

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Critério	Concepção tradicional	Concepção escolanovista
Centro do processo	Conteúdo disciplinar	Experiência do educando
Papel do professor	Autoridade transmissora	Orientador e facilitador
Método predominante	Exposição verbal	Atividade e descoberta
Avaliação	Reprodução fiel do conteúdo	Observação do desenvolvimento individual

A leitura comparativa evidencia que a passagem de uma concepção a outra não representa apenas uma mudança de técnica didática, mas uma reorganização completa das relações entre professor, estudante e conhecimento. Enquanto a concepção tradicional pressupõe uma verdade externa ao sujeito que deve ser internalizada, a concepção escolanovista desloca a legitimidade do saber para o próprio processo de construção vivido pelo estudante. Essa oposição estrutural permanece como referência para compreender os debates pedagógicos posteriores, que frequentemente se posicionam em relação a um ou outro desses polos, seja para retomar elementos de sistematização do conteúdo, seja para aprofundar a centralidade do sujeito que aprende.

Concepções tecnicista e crítico-reprodutivistas

- **A pedagogia tecnicista e a racionalidade da eficiência**

A concepção tecnicista surge associada a um momento de expansão dos sistemas educacionais e de forte influência da racionalidade técnico-industrial sobre a organização escolar. Nessa concepção, o processo educativo é concebido como um sistema que deve ser planejado, executado e controlado com a mesma lógica aplicada aos processos produtivos, buscando maximizar resultados mensuráveis com o menor dispêndio possível de tempo e recursos. O planejamento educacional passa a ser dominado por especialistas responsáveis por definir objetivos instrucionais precisos, sequências de ensino padronizadas e instrumentos de verificação de desempenho.

Objetivos instrucionais e neutralidade técnica

Um dos traços mais característicos da pedagogia tecnicista é a formulação de objetivos instrucionais descritos em termos de comportamentos observáveis e mensuráveis, de modo que o sucesso do ensino possa ser verificado de forma supostamente objetiva. O professor, nessa concepção, deixa de ser protagonista da definição dos fins educativos para se tornar um executor de planejamentos elaborados externamente, aplicando materiais e procedimentos padronizados. Essa concepção se apresenta como neutra do ponto de vista político, por se fundamentar em critérios técnicos de eficiência, mas essa suposta neutralidade foi posteriormente questionada por análises que destacaram como a própria escolha dos objetivos e dos critérios de eficiência reflete opções de valor não explicitadas.

Fragmentação do trabalho pedagógico

A racionalidade tecnicista tende a fragmentar o processo educativo em etapas especializadas, de modo análogo à divisão do trabalho em linhas de produção. Essa fragmentação separa quem planeja de quem executa, reduzindo o espaço de autonomia docente sobre decisões curriculares e didáticas. Os materiais instrucionais passam a ser produzidos de forma centralizada, com roteiros detalhados que pretendem assegurar uniformidade de resultados independentemente das condições específicas de cada escola ou turma. Essa padronização, embora apresentada como garantia de qualidade, foi criticada por desconsiderar a diversidade de contextos socioculturais em que a escola está inserida.

- **As teorias crítico-reprodutivistas e a função social da escola**

Em contraposição ao otimismo tecnicista quanto à neutralidade da escola, desenvolve-se um conjunto de análises que compreendem a instituição escolar como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais existentes. Essas teorias deslocam o foco da pedagogia para fora da sala de aula, buscando compreender a função que a escola exerce na manutenção da estrutura social mais ampla, independentemente das intenções pedagógicas explícitas de professores e gestores.

Reprodução cultural e legitimação das desigualdades

Uma das linhas dessa tradição crítica argumenta que a escola, ao valorizar formas de linguagem, conhecimento e comportamento próprias dos grupos socialmente dominantes, converte uma vantagem de origem social em mérito individual aparentemente neutro. Estudantes oriundos de famílias com maior proximidade cultural em relação ao que a escola valoriza tendem a apresentar melhor desempenho, e esse desempenho é então interpretado como resultado de capacidade pessoal, ocultando sua origem social. Esse mecanismo de legitimação simbólica é central para compreender por que a escola, mesmo quando formalmente aberta a todos, tende a reproduzir hierarquias preexistentes.

Limites explicativos e a crítica ao caráter apenas denunciista

Embora tenham oferecido instrumentos valiosos para compreender a dimensão social da escola, as teorias crítico-reprodutivistas foram posteriormente questionadas por apresentarem um quadro excessivamente determinista, no qual a escola aparece como mero instrumento de reprodução, sem espaço para contradição, resistência ou transformação. Essa limitação abriu caminho para concepções que buscassem reconhecer a função reprodutora da escola sem abandonar a possibilidade de que ela também pudesse operar como espaço de mudança social, por meio da apropriação crítica dos conteúdos sistematizados pelos próprios estudantes das classes populares.

A tabela apresentada abaixo sintetiza a comparação entre as duas concepções tratadas nesta parte do material, organizando os critérios que permitem diferenciá-las com maior precisão:

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LEGISLAÇÃO DE ENSINO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ARTIGOS 205 A 214

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

(...)

TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL

(...)

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Prezado(a),

A fim de atender na íntegra o conteúdo do edital, este tópico será disponibilizado na Área do Aluno em nosso site. Essa área é reservada para a inclusão de materiais que complementam a apostila, sejam esses, legislações, documentos oficiais ou textos relacionados a este material, e que, devido a seu formato ou tamanho, não cabem na estrutura de nossas apostilas.

Por isso, para atender você da melhor forma, os materiais são organizados de acordo com o título do tópico a que se referem e podem ser acessados seguindo os passos indicados na página 2 deste material, ou por meio de seu login e senha na Área do Aluno.

Se preferir, indicamos também acesso direto ao arquivo pelo link a seguir:

https://cdn.mec.gov.br/basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Bons Estudos!

A GEOGRAFIA COMO CONHECIMENTO CIENTÍFICO; AS DIVERSAS ÁREAS DA GEOGRAFIA; APLICAÇÕES DA GEOGRAFIA

A Geografia como conhecimento científico

- **A construção científica da Geografia**

Da descrição dos lugares à análise do espaço geográfico

A Geografia tornou-se conhecimento científico quando deixou de ser apenas uma prática descritiva dos lugares e passou a investigar, de modo sistemático, as relações entre sociedade e natureza. Em suas origens, muitos estudos geográficos estavam ligados à localização de terras, à elaboração de mapas, às viagens, à descrição de paisagens e ao reconhecimento de territórios. Com o desenvolvimento das ciências modernas, a Geografia passou a formular problemas, utilizar métodos de análise e construir conceitos próprios para explicar a organização do espaço.

Como ciência, a Geografia não se limita a responder onde os fenômenos acontecem. Ela busca compreender por que ocorrem em determinados lugares, como se distribuem no espaço, quais relações estabelecem entre si e quais consequências produzem para a vida social e ambiental. Assim, estudar uma cidade, uma área agrícola, uma floresta, uma indústria ou uma região não significa apenas descrevê-las, mas interpretar os processos que explicam sua formação, transformação e funcionamento.

- **O objeto de estudo da Geografia**

O espaço geográfico como categoria central

O principal objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico, entendido como o espaço produzido e transformado pelas relações entre a sociedade e a natureza. Esse espaço não é neutro nem estático. Ele resulta da ação humana ao longo do tempo, por meio do trabalho, da técnica, da cultura, da economia, da política e das formas de organização social.

Para compreender o espaço geográfico, a Geografia observa diferentes elementos articulados entre si:

- Os elementos naturais, como relevo, clima, vegetação, rios, solos e recursos naturais.
- Os elementos sociais, como população, moradias, cidades, atividades econômicas, redes de transporte e formas de trabalho.
- Os elementos técnicos, como máquinas, infraestrutura, tecnologias de comunicação, mapas digitais e sistemas de monitoramento.
- Os elementos políticos e territoriais, como fronteiras, governos, leis, disputas por terra e formas de controle do espaço.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- **O método geográfico**

Observação, comparação e interpretação

A Geografia utiliza procedimentos científicos para analisar os fenômenos espaciais. Entre eles estão a observação direta da paisagem, a coleta de dados, a comparação entre lugares, a leitura de mapas, a interpretação de imagens de satélite e o estudo das relações entre diferentes escalas. Um problema local, como enchentes em um bairro, pode estar relacionado a fatores regionais, como ocupação urbana desordenada, e também a fatores globais, como mudanças climáticas.

Dessa forma, a Geografia é uma ciência essencial para interpretar a realidade, pois conecta fenômenos físicos, sociais, econômicos, políticos e ambientais. Seu valor científico está justamente na capacidade de compreender o espaço como resultado de múltiplas relações, permitindo explicar problemas complexos e orientar decisões mais conscientes sobre o uso e a organização do território.

As diversas áreas da Geografia

- **A diversidade interna da ciência geográfica**

Uma ciência ampla e integrada

A Geografia é uma ciência ampla porque estuda o espaço geográfico a partir de diferentes dimensões da realidade. Como o espaço é formado pela interação entre natureza, sociedade, economia, política, cultura e técnica, a Geografia precisa organizar seus estudos em áreas específicas, sem perder a compreensão do conjunto. Essas áreas não funcionam de maneira isolada; ao contrário, complementam-se para explicar fenômenos complexos, como urbanização, desmatamento, migrações, mudanças climáticas, desigualdades regionais e uso dos recursos naturais.

Essa divisão interna permite que o conhecimento geográfico aprofunde determinados aspectos do espaço. No entanto, mesmo quando analisa um tema específico, a Geografia mantém uma preocupação central: compreender como os fenômenos se distribuem, se relacionam e transformam os lugares, as paisagens, os territórios e as regiões.

- **Principais áreas da Geografia**

Campos de estudo e suas contribuições

Para compreender melhor a diversidade da Geografia, é importante observar algumas de suas principais áreas e o tipo de análise que cada uma desenvolve:

- A Geografia Física estuda os elementos naturais da superfície terrestre, como relevo, clima, solos, vegetação, hidrografia e dinâmica ambiental.
- A Geografia Humana analisa as relações sociais no espaço, incluindo população, cultura, modos de vida, desigualdades e formas de ocupação territorial.
- A Geografia Econômica investiga a distribuição das atividades produtivas, como indústria, agricultura, comércio, serviços, circulação de mercadorias e redes econômicas.
- A Geografia Política examina o poder no espaço, considerando fronteiras, territórios, Estados, conflitos, disputas territoriais e formas de controle político.
- A Geografia Urbana estuda a formação, expansão e organização das cidades, observando problemas como segregação socioespacial, mobilidade, moradia e infraestrutura.
- A Geografia Agrária analisa o campo, a estrutura fundiária, os sistemas agrícolas, a produção de alimentos, os conflitos por terra e as relações de trabalho rural.
- A Geografia Ambiental investiga os impactos das ações humanas sobre a natureza e busca compreender formas de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos.
- A Cartografia e as geotecnologias trabalham com mapas, imagens de satélite, sistemas de informação geográfica e outras ferramentas de representação e análise espacial.

- **A integração entre as áreas geográficas**

A importância de relacionar fenômenos naturais e sociais

Embora cada área tenha temas próprios, os fenômenos estudados pela Geografia geralmente exigem análise integrada. Uma enchente urbana, por exemplo, envolve relevo, clima, impermeabilização do solo, ocupação irregular, ausência de planejamento, desigualdade social e políticas públicas. Por isso, a força da Geografia está em articular diferentes conhecimentos para interpretar o espaço de modo amplo, crítico e contextualizado.

Aplicações da Geografia na sociedade

- **A Geografia como conhecimento aplicado**

Da interpretação do espaço à solução de problemas

A Geografia não se limita ao estudo teórico dos lugares, das paisagens e dos territórios. Ela também possui grande importância prática, pois contribui para compreender problemas concretos da sociedade e orientar decisões sobre o uso, a organização e a transformação do espaço. Ao analisar como os fenômenos naturais e sociais se distribuem e se relacionam, a Geografia oferece instrumentos para planejar cidades, proteger o meio ambiente, reduzir desigualdades, melhorar a circulação de pessoas e mercadorias e avaliar riscos que afetam a população.

Seu caráter aplicado aparece sempre que há necessidade de pensar o espaço de forma organizada. Governos, empresas, escolas, organizações sociais e pesquisadores utilizam conhecimentos geográficos para interpretar dados territoriais, produzir mapas, identificar áreas vulneráveis, planejar obras, estudar populações e compreender os impactos das atividades humanas sobre a natureza.

- **Principais usos da Geografia**

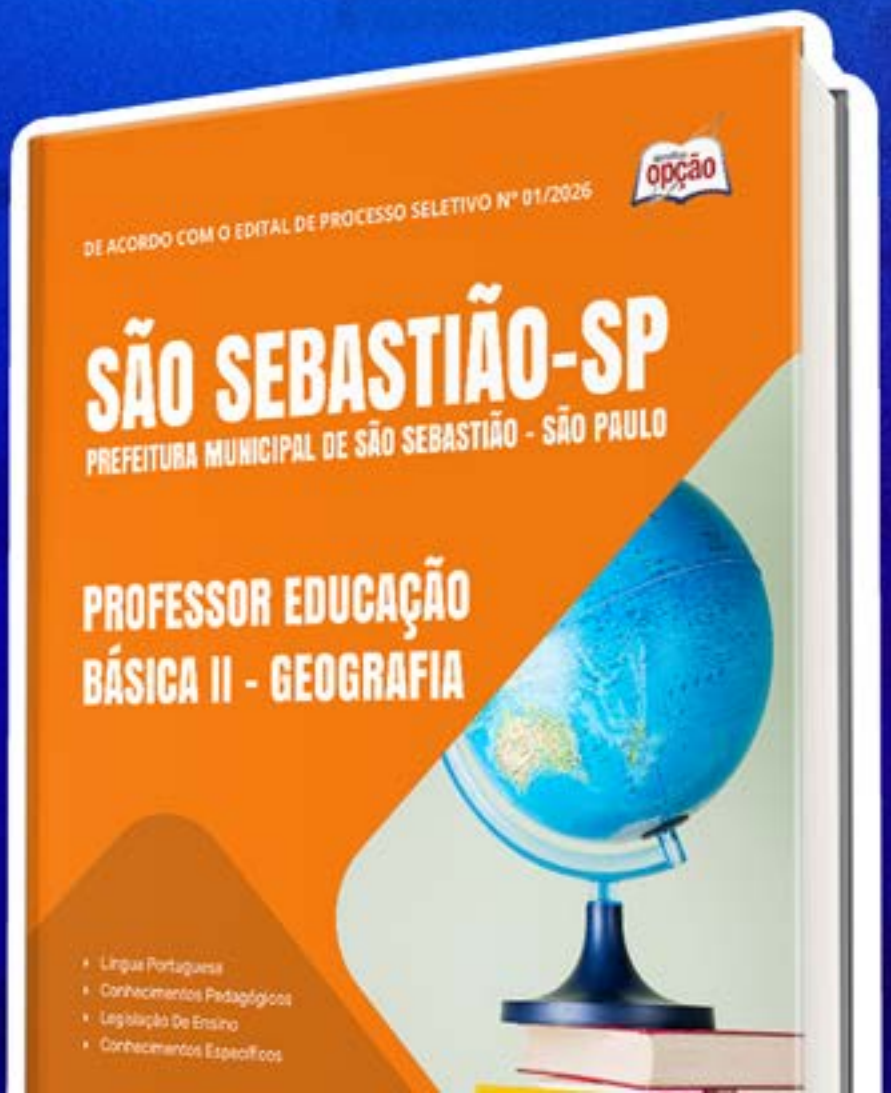
Planejamento, gestão e análise territorial

As aplicações da Geografia são variadas porque os problemas espaciais também são diversos. Entre as principais formas de aplicação desse conhecimento, destacam-se:

- O planejamento urbano, que utiliza a análise geográfica para organizar o crescimento das cidades, definir áreas de moradia, transporte, comércio, lazer e infraestrutura.
- A gestão ambiental, que permite avaliar impactos ambientais, conservar recursos naturais, recuperar áreas degradadas e propor formas mais equilibradas de uso do solo.

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!